

# João Galamba e Carlos Rodrigues duvidam da eficácia da plataforma de gestão do malparado

Maria Teixeira Alves

10 Out 2017

Nas duas intervenções nas instalações do escritório de advogados SRS, quer a do deputado João Galamba, quer a do banqueiro Carlos Rodrigues, houve em comum a crítica à eficácia da Plataforma para a gestão de crédito malparado, cujo memorando foi assinado entre o BCP, a CGD e o Novo Banco.

Carlos Rodrigues, presidente do BiG, João Galamba (do PS) e Luís Filipe Pereira, advogado, estiveram no escritório de advogados SRS, no âmbito do Fórum de Administradores e Gestores de Empresas, a debater as propostas de orientação legislativa para benefício da banca e intermediação financeira.

Nas duas intervenções – o deputado João Galamba e o banqueiro Carlos Rodrigues – houve em comum a crítica à eficácia da Plataforma para a gestão de crédito malparado, cujo memorando foi assinado entre o BCP, a CGD e o Novo Banco.

Admitindo que o malparado é um problema por resolver na banca, João Galamba disse que seria difícil pôr de acordo os três bancos na reestruturação de créditos comuns. Por causa dos diferentes níveis de provisionamento entre os bancos. “Não estou a ver como é que essa coordenação se vai processar”, disse.

O assunto foi retomado por Carlos Rodrigues que subscreveu a opinião do deputado do PS. “Uma plataforma única para gerir malparado dos bancos pode ser difícil de executar e é de duvidosa eficácia, pois os parceiros não têm o mesmo nível de provisões, não seguiram as mesmas regras em relação a análise do risco”. Carlos Rodrigues lembrou ainda a situação do Novo Banco, que quando passar para o Lone Star, tem um mecanismo de capitalização contingente para alguns créditos, “o que torna mas desigual a relação de forças dentro da plataforma”.

O escritório de advogados de Pedro Rebelo de Sousa, tomou a iniciativa de pôr em confronto um deputado e um gestor, em relação a vários setores, e hoje o setor era a banca.

O deputado do PS fez a abertura do debate, começou por elencar os vários desafios da banca, e anunciou que se prepara para apresentar no Parlamento um conjunto de propostas, compatíveis com as diretivas europeias, nomeadamente com a DMIF, que na prática servem para dar continuidade às recomendações das várias comissões de inquérito aos casos da banca. O deputado socialista disse que a proposta que vai ser levada à AR teve a prévia consulta aos vários stakeholders do setor, como APB, CMVM, entre outros.

O PS vai apresentar na quinta-feira no Parlamento um conjunto de propostas legislativas para o setor financeiro. Entre elas está a limitação à concessão de crédito a partes relacionadas. O CDS já apresentou uma proposta nesse sentido e o PS vai propor uma alteração à atual lei – o RGICSF prevê um limite de 10% dos fundos próprios consolidados, mas os socialistas vão propor que esse limite passe para 2%, com um período transitório de um ano.

Carlos Rodrigues pediu uma alteração legislativa no sentido de uma dedução fiscal a 100% das perdas com créditos malparados alvos de write-off, como já acontece noutros países. A morosidade dos processos de write-off foi outra das fragilidades apontadas ao sistema em Portugal.

O presidente do BiG aproveitou ainda para criticar a resolução do BES e do impacto para o sistema financeiro.

Carlos Rodrigues fez uma apresentação de propostas de orientação legislativa com vista a ajustar a regulamentação, supervisão e fiscalidade do setor às práticas dos mercados da União Bancária; e com vista a melhorar a coordenação da supervisão prudencial e comportamental e o diálogo supervisor/supervisionado. Mas ainda com vista a gerir o conflito de interesses das funções supervisão e resolução; a garantir a adequada percepção de risco dos clientes e a transparência da função comercial na intermediação financeira; a gerir o conflito de interesses intra-grupo (relação entre bancos e partes interessadas); a completar a união bancária até à mutualização do fundo de resolução europeu, que Carlos Rodrigues salienta nunca foi utilizado até agora em nenhuma resolução europeia. Por fim o presidente do BiG defende uma proposta com vista à limitação das responsabilidades assumidas pelo fundo de resolução nacional.

*(atualizada)*